

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões 01, 02 e 03.

O assalto

- 1 Era para ser apenas mais uma longa espera numa fila de Banco da cidade.
2 Mas aquele dia foi diferente.
3 Percebi algo estranho desde minha chegada para fazer alguns pagamentos.
4 Havia uma espécie de seleção à entrada, mas a justificativa de que a agência estava em obras, com
5 pouco espaço para funcionamento, me pareceu convincente.
6 Depois de quinze minutos de minha entrada, aconteceu o que classifico como uma das piores
7 experiências de minha vida.
8 Cinco homens entram fortemente armados e rendem primeiramente os seguranças do Banco; um
9 deles corre em direção ao gerente e coloca-lhe uma arma na cabeça, enquanto outros dois se dirigem
10 para nós: — Todos pro canto. Nada de gracinha ou se arrependerão!
11 Éramos umas 30 pessoas, entre homens e mulheres. Havia quatro senhoras que aparentavam mais
12 de 60 anos. Duas delas não suportaram a forte emoção e desmaiaram; as outras duas não paravam
13 de chorar e de tremer.
14 Sempre fui muito destemido, mas confesso que, ao ver toda aquela cena, meu coração só faltou sair
15 pela boca. O pior era a pressão psicológica que faziam sobre nós.
16 — Vamo pro cofre do Banco pegar a grana — disse um dos bandidos ao gerente, apontando-lhe a
17 arma.
18 Quando pensava que tudo se resolveria com a entrega do dinheiro aos assaltantes, nova surpresa.
19 Uma voz ao alto-falante dizia: — O Banco está cercado, entreguem-se e nada de mau lhes acontecerá.
20 Os bandidos ficaram mais alvoroçados e disseram que os policiais deveriam afastar-se ou pessoas
21 inocentes iriam pagar com a vida.
22 Todos ficamos mais nervosos ainda. Depois de alguns minutos de troca de ameaças, saltam do forro
23 alguns policiais na direção exata do local onde estavam os bandidos. Estes são imobilizados.
24 Para nossa surpresa maior, minutos após esses acontecimentos, os próprios assaltantes e mais os
25 funcionários e até as senhoras, antes desmaiadas e trêmulas, começaram a aplaudir como se nada
26 houvesse acontecido, dizendo que a operação tinha sido um sucesso.
27 Após alguns esclarecimentos, tomei conhecimento de que somente eu e mais dois clientes não
28 sabíamos de que tudo não passava de uma simulação.

(Costa, L. *Contando Histórias*. Belém: L & A Editora, 2006.)

QUESTÃO 01

O conto “O assalto” poderia ter um dos títulos abaixo, **EXCETO** o da alternativa:

- A) A simulação;
B) Nem tudo parece ser o que é;
C) As aparências enganam;
D) Ladrões são presos por assalto a Banco;
E) Falsos assaltantes deixam clientes de banco em pânico.

QUESTÃO 02

Com base no texto “O assalto”, é correto afirmar que o verbo **fazer** em “O pior era a pressão psicológica que **faziam** sobre nós” (linha 15) retoma:

- A) o pronome **nós**; (linha 15)
B) “a pressão psicológica”; (linha 15)
C) “as outras duas não paravam de chorar e de tremer” (linhas 12 e 13)
D) “Éramos umas 30 pessoas, entre homens e mulheres” (linha 11)
E) “Cinco homens...” (linha 8)

QUESTÃO 03

O conto “O assalto”, embora predominantemente narrativo, apresenta alguns trechos descritivos enfatizados por adjetivos. A alternativa que **NÃO** apresenta adjetivação é:

- A) “Mas aquele dia foi diferente.” (linha 2)
- B) “— Vamo pro cofre do Banco pegar a grana”; (linha 16)**
- C) “Os bandidos ficaram mais alvoroçados e disseram...” (linha 20)
- D) “Todos ficamos mais nervosos ainda...” (linha 22)
- E) “Sempre fui muito destemido, mas confesso que...” (linha 14)

QUESTÃO 04

Somente uma das opções abaixo **NÃO** apresenta palavras acentuadas pela mesma razão de “após”:

- A) carimbó, cipós, tacacás;
- B) ananás, maracujás, taperebás;
- C) carijó, Amapá, maparás;
- D) anéis, chapéus, heróis;**
- E) ingás, Marajó, igarapés.

QUESTÃO 05

A alternativa que apresenta a palavra **canto** com significado semelhante ao do trecho “— Todos pro canto.” (linha 10) é:

- A) Sempre sonhou ter um canto para repousar;
- B) Arrumou tudo no canto da sala;**
- C) Fez um poema em dez cantos;
- D) Desde criança o canto foi sua disciplina favorita;
- E) Sempre me disse que não gostava de ir para aqueles cantos.

INFORMÁTICA**QUESTÃO 06**

No Microsoft Word 2010, a quebra de seção do tipo contínuo permite:

- A) Marcar o ponto em que uma página termina e a outra página começa.
- B) Inserir uma quebra de seção e iniciar a nova seção na próxima página com número par.
- C) Inserir uma quebra de seção e iniciar a nova seção na página seguinte.
- D) Indicar que o texto após a quebra de coluna será iniciado na coluna seguinte.
- E) Inserir uma quebra de seção e iniciar a nova seção na mesma página.**

QUESTÃO 07

Na utilização dos navegadores de internet, permitir a definição de cookies tem como função:

- A) Permitir guardar preferências e nomes de usuário, registrar produtos e serviços e ainda personalizar páginas da web.**
- B) Criar um histórico das páginas da web visitadas.
- C) Bloquear janelas popup.
- D) Registrar o recebimento (download) de arquivos efetuados na internet.
- E) Evitar que o computador seja infectado por um vírus (programa).

QUESTÃO 08

No Microsoft Excel 2010, a função CONT.SES (intervalo_criterios_1,critérios_1,...) permite:

- A) Calcular o número de células não vazias em um intervalo que corresponde a uma determinada condição.
- B) Calcular o número de células em um intervalo que contém números.
- C) Calcular o número de células em um intervalo que não estão vazias.
- D) Contar o número de células especificadas por um dado conjunto de condições ou critérios.**
- E) Adicionar as células especificadas por um dado conjunto de condições ou critérios.

QUESTÃO 09

No Sistema Operacional Windows 7, em relação à sua utilização, é **CORRETO** afirmar que:

- A) Só pode ser executado um programa de computador por vez, pois se trata de um sistema monotarefa.
- B) Executa todo e qualquer programa de computador, com interface visual.
- C) Não pode ser infectado, pois não existem vírus de computador para o Windows 7.
- D) Possui ferramentas de acessibilidade, como a LUPA e o NARRATOR.**
- E) Permite acessar a internet apenas com o Browser Internet Explorer.

QUESTÃO 10

Quanto à configuração do Sistema Operacional Windows 7, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) É permitido alterar o idioma de entrada do teclado, por meio do Painel de Controle.
- B) É possível configurar e usar dois monitores no mesmo computador.
- C) Só é permitido instalar, no máximo, até quatro drivers de impressoras em cada computador.**
- D) Suporta a função Plug & Play, que facilita a instalação e configuração de dispositivos de entrada e saída.
- D) Permite criar tarefas comuns que o sistema executará automaticamente em horários especificados.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**QUESTÃO 11**

Entre os princípios expressamente previstos no caput do Artigo 37, da Constituição Federal do Brasil, pode ser considerado o mais novo princípio, visto que só foi positivado na Carta Magna com a publicação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Este conceito refere-se ao princípio da:

- A) impessoalidade.
- B) publicidade.
- C) moralidade.
- D) eficiência.**
- E) legalidade.

QUESTÃO 12

Com o objetivo de maximizar a eficiência dos serviços prestados, a Administração Pública utiliza, dentre outros, o instrumento da descentralização. Desta forma, cria entidades com personalidade jurídica própria, a exemplo das Autarquias e Fundações Públicas, que irão desenvolver especificamente as atividades para as quais foram criadas. Dentre as alternativas abaixo, assinale a única que contém características em comum das Autarquias e Fundações Públicas.

- A) São criadas por lei e seus funcionários são celetistas.
- B) Têm a criação autorizada por lei e seus bens são privados.
- C) Em regra, devem contratar obras e serviços por meio de licitação e pessoal por meio de concurso público.**
- D) São criadas por lei e seus bens são privados.
- E) Seus bens são públicos e tem a criação por meio de decreto.

QUESTÃO 13

Sobre o provimento de cargo público, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, é **CORRETO** afirmar que:

- A) os cargos públicos somente podem ser ocupados por brasileiros natos.
- B) a investidura ocorrerá a partir da entrada em exercício.
- C) é vedada a ocupação de cargo público por estrangeiros.
- D) a ascensão é uma das formas de provimento de cargo público.
- E) **as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.**

QUESTÃO 14

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, após a nomeação de candidato aprovado em concurso público, para provimento de cargo efetivo, ocorrerá a posse e o exercício. Sobre estes dois institutos é **INCORRETO** afirmar que:

- A) a posse dar-se-á com a assinatura do respectivo termo.
- B) **o prazo para a posse é de trinta dias, prorrogáveis, a pedido, por igual período.**
- C) o exercício ocorre com o efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- D) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- E) só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.

QUESTÃO 15

Josevaldo, servidor público federal, ao praticar um ato administrativo, causou prejuízo material ao empresário Marinelson. Através da instauração de processo administrativo, ficou provado que o ato praticado por Josevaldo foi irregular. Nesta situação, está **CORRETO** que:

- A) **caso a Administração Pública indenize a Marinelson, responderá Josevaldo perante a Fazenda Pública em Ação Regressiva.**
- B) a indenização a Marinelson só será devida se for provado o dolo de Josevaldo.
- C) Marinelson não poderá ser ressarcido do prejuízo, por não possuir vínculo com a Administração Pública.
- D) a obrigação de reparar o dano, em Ação Regressiva, jamais poderá estender-se aos sucessores de Josevaldo.
- E) caso o ato praticado por Josevaldo tenha sido culposos, a Administração Pública não estará obrigada a indenizar Marinelson.

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos atos administrativos.

- A) **Não há previsão legal para o instituto da convalidação.**
- B) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.
- C) É possível que os atos que apresentarem defeitos sanáveis possam ser convalidados pela própria Administração.
- D) É de cinco anos o prazo para a Administração anular os atos administrativos dos quais decorram efeitos favoráveis para os destinatários, salvo comprovada má-fé.
- E) Nem todo ato administrativo pode ser delegado.

QUESTÃO 17

A licitação é o método legal através do qual a Administração Pública firma contratos em busca da proposta mais vantajosa, da promoção do desenvolvimento nacional e sustentável e garantia da isonomia. A lei nº 8.666/1993, que institui normas para a realização das licitações, **NÃO** prevê:

- A) que as licitações serão efetuadas no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo de interesse público, devidamente justificado.
- B) todas as hipóteses de dispensa de licitação.
- C) **todas as hipóteses de inexigibilidade de licitação.**
- D) as modalidades de licitação e a vedação a criação de outras modalidades de licitação.
- E) as modalidades de licitação e a proibição da combinação entre as modalidades de licitação.

QUESTÃO 18

Em determinadas situações, a licitação pode ser dispensável ou inexigível. Acerca dos institutos de dispensa e inexigibilidade, pode-se afirmar, **CORRETAMENTE**, que:

- A) é inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- B) é dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- C) é inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- D) é dispensável a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- E) as situações de inexigibilidade de licitação serão, necessariamente, justificadas.

QUESTÃO 19

No âmbito da Administração Pública Federal o processo administrativo é Regulado pela Lei nº 9.784/1999, a qual estabelece as normas básicas, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Segundo esta Lei:

- A) o administrado tem direito, perante a Administração, de ser assistido, obrigatoriamente, por advogado, por força de lei, sob pena de invalidação da decisão.
- B) autoridade é qualquer servidor ou agente público.
- C) entidade é a unidade em que atua o agente, dotada ou não de personalidade jurídica.
- D) o administrado tem direito, perante a Administração, de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.
- E) órgão é a unidade de atuação integrante apenas da estrutura da Administração direta.

QUESTÃO 20

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, acerca da competência, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A competência para a edição de atos de caráter normativo pode ser delegada.
- B) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- C) O ato de delegação de competência é irrevogável.
- D) Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
- E) O ato de delegação de competência e sua revogação podem ser publicados apenas em jornal local de grande circulação.

ESPECÍFICO**QUESTÃO 21**

A licitação na modalidade Concorrência, utilizada quando a Administração Pública necessita contratar obras ou serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia, é aplicável obedecendo aos seguintes preceitos, **EXCETO**:

- A) nas obras e serviços que demandem produtos que possam ser avaliados por melhor técnica e menor preço.
- B) quando o limite para as compras de materiais para as obras ou serviços é até R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- C) quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.
- D) havendo viabilidade de competição entre prestadores de serviço no mercado.
- E) se existir projeto básico em que constem as especificações técnicas da obra, aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados.

QUESTÃO 22

A licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº10.520/2002, é caracterizada por determinadas ações denominadas de fase externa, e se caracteriza, dentre outros princípios administrativos, pela economicidade e celeridade na tramitação. Diante dessa premissa, é **FALSO** afirmar que:

- A) a convocação dos interessados para participar do certame deve ser feita por publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação.
- B) no aviso do Pregão, quando publicado, deve conter a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.
- C) o edital é o instrumento que deve conter todos os elementos definidores das normas e condições exigidas pela Administração para disciplinarem o procedimento licitatório e a futura contratação;
- D) as cópias do edital e do aviso publicado devem ser disponibilizadas a todos os interessados para consulta.
- E) o prazo para a abertura da sessão e apresentação das propostas é contado a partir da publicação do aviso e não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

QUESTÃO 23

É **CORRETO** afirmar que as modalidades de licitação previstas na Lei nº8.666/93, que institui normas gerais para as licitações e contratações no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, são:

- A) Carta Contrato, Tomada de Preço, Concurso, Dispensa e Leilão.
- B) Compra Direta, Concorrência Pública, Concurso Público, Nota de Empenho e Contratação Individual.
- C) Carta Convite, Tomada de Preço, Pregão Eletrônico, Leilão e Concorrência.
- D) Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Concurso e Leilão.
- E) Concorrência, Tomada de Preço, Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e Convite.

QUESTÃO 24

Sobre a anulação dos atos administrativos, é **FALSO** afirmar que:

- A) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade.
- B) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- C) considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.
- D) também se podem anular os atos considerados inconvenientes ou inoportunos à Administração, desde que sejam devidamente justificados e respeitem os direitos adquiridos.
- E) o princípio da motivação, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, deve ser observado pela autoridade competente no caso de anulação dos atos administrativos.

QUESTÃO 25

A vacância do cargo público dar-se-á nas seguintes situações, **EXCETO**:

- A) Por exoneração de cargo efetivo, a pedido do servidor ou de ofício.
- B) Por demissão do servidor mediante processo administrativo disciplinar onde lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) Pela condenação do servidor em sentença penal de reclusão em regime fechado.
- D) Pela aposentadoria.
- E) Pelo falecimento do ocupante do cargo.

QUESTÃO 26

Na apuração das infrações regimentares, em processo administrativo disciplinar, a penalidade de demissão do serviço público será aplicada nos casos em que se configurar no processo as seguintes condutas, com **EXCEÇÃO** de:

- A) improbidade administrativa.
- B) abandono de cargo.
- C) acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.
- D) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional.
- E) divulgar nas redes sociais informações caluniosas ou difamatórias contra sua chefia superior.

QUESTÃO 27

A educação é dever da família e do Estado. Diante dessa premissa constitucional e legal, segundo a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assinale a afirmativa **FALSA**:

- A) A educação deve ter por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- B) Segundo os princípios que regem a educação no Brasil, o ensino deve ser ministrado visando assegurar a igualdade de condições aos brasileiros para o acesso e permanência na escola.
- C) Deve ser garantido o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- D) A cobrança de mensalidades no ensino público em estabelecimentos oficiais justifica-se pela onerosidade do Governo na demanda com educação.**
- E) A valorização do profissional da educação escolar é um dos princípios da política de educação no Brasil.

QUESTÃO 28

A Educação de Jovens e Adultos é uma das formas de promover o acesso à educação com base nos princípios que regem o ensino no Brasil. Quanto a esse aspecto é **CORRETO** afirmar que:

- A) é destinado àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, que poderão prosseguir nos estudos em caráter regular até a conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos, e do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.**
- B) só poderão participar os jovens e adultos que pararam de estudar para exercer uma profissão ou trabalho autônomo.
- C) quem não concluiu o ensino fundamental não poderá ser beneficiado.
- D) os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais não podem ser reconhecidos na EJA.
- E) os sistemas de ensino assegurarão aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, mediante a cobrança de anuidades de valor simbólico.

QUESTÃO 29

No processo administrativo federal, há casos em que há impedimento para atuar por parte do servidor ou da autoridade julgadora. Diante desse pressuposto é **FALSO** afirmar que:

- A) o servidor que tem interesse direto em beneficiar-se do resultado do objeto que está sendo processado deve comunicar à sua chefia o motivo de seu interesse e declarar-se impedido de atuar no processo.
- B) a autoridade que vai decidir, ao receber os autos, identifica de plano que já atuou como representante do cônjuge do servidor que está sendo denunciado em processo disciplinar. De imediato deve comunicar à autoridade superior, declarando-se impedida de atuar e pedindo seu afastamento do processo.
- C) o presidente designado para a comissão de processo disciplinar está em litígio judicial contra o servidor denunciado no processo administrativo. Sendo assim, deve o servidor presidente abster-se de atuar no processo, comunicando o fato à autoridade competente.
- D) a omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.
- E) somente a parte interessada no processo é quem deve arguir o impedimento de servidor ou autoridade em processo administrativo.**

QUESTÃO 30

O pregão, na forma eletrônica, é a modalidade de licitação utilizada quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet. A opção **VERDADEIRA** sobre o tipo de julgamento das propostas nessa modalidade é:

- A) menor preço.**
- B) melhor técnica.
- C) melhor técnica e menor preço.
- D) maior lance ou oferta.
- E) maior pontuação qualitativa.

QUESTÃO 31

A Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações), entende por inassiduidade habitual:

- A) a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- B) a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.**
- C) a falta ao serviço, sem causa justificada, por noventa dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- D) a falta ao serviço, sem causa justificada, por trinta dias, interpoladamente, durante o período de dezoito meses.
- E) a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.

QUESTÃO 32

De acordo com a Lei n.º 9.394/96, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com empresas da iniciativa privada especificamente para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V- acesso diferenciado aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Após a análise dos itens anteriores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Há apenas um item correto.
- B) Há apenas dois itens corretos.
- C) Há apenas três itens corretos.**
- D) Há apenas quatro itens corretos.
- E) Há apenas cinco itens corretos.

QUESTÃO 33

A Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (e alterações), que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, trata, no Capítulo IV, das responsabilidades que o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. Analise as alternativas seguintes e assinale a **INCORRETA** sobre este assunto:

- A) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
- B) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
- C) A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- D) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo dependentes entre si.**
- E) A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

QUESTÃO 34

“Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.”

(Fonte: Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações posteriores. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08/01/2014).

Sobre este assunto, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I- As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.
- II- Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.
- III- É obrigatória a frequência de alunos e professores, mesmo nos programas de educação a distância.
- IV- As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período vespertino, sendo facultativa a oferta noturna nas instituições públicas.

Estão **CORRETOS**:

- A) apenas os itens I e II.**
- B) apenas os itens I, III e IV.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) apenas os itens II, III e IV.
- E) todos os itens.

QUESTÃO 35

A Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Em consonância com esta lei, a fase preparatória do pregão observará, entre outros, o seguinte:

- I- a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;
- II- a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, facultando-se especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- III- a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio.

É **CORRETO** o que se afirma em:

- A) III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.**

QUESTÃO 36

O Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Nos termos deste decreto, classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. São consideradas regras para esta fase:

- I- No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- II- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- III- O licitante não poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- IV- Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- V- Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo facultada a identificação do licitante.

Após a análise dos itens anteriores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Há apenas um item correto.
- B) Há apenas dois itens corretos.
- C) Há apenas três itens corretos.**
- D) Há apenas quatro itens corretos.
- E) Há apenas cinco itens corretos.

QUESTÃO 37

O Capítulo VIII, cujo título é “DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO”, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece que:

- I- os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável;
- II- a autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo;
- III- o reconhecimento de firma deverá ser exigido em qualquer hipótese;
- IV- inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo máximo de quinze dias.

Estão **CORRETOS**:

- A) apenas os itens I e II.**
- B) apenas os itens I, III e IV.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) apenas os itens II, III e IV.
- E) todos os itens.

QUESTÃO 38

O art. 9º da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, regulamenta que são legitimados como interessados no processo administrativo:

- I- pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos perceptíveis ou no exercício do direito de apresentação;
- II- aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;
- III- as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;
- IV- as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Estão **CORRETOS**:

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I, III e IV.
- C) apenas os itens I, II e III.
- D) apenas os itens II, III e IV.**
- E) todos os itens.

QUESTÃO 39

A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 (e alterações posteriores), estabelece, no art. 38, que o procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente, dentre outros:

- I- edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;
- II- ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;
- III- cópias simples das propostas e dos documentos que as instruírem;
- IV - atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;
- V- despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, sendo desnecessária a fundamentação.

Estão **CORRETOS**:

- A) apenas os itens I, II e III.
- B) apenas os itens I, II e IV.**
- C) apenas os itens I, III e V.
- D) apenas os itens II, III e IV.
- E) todos os itens.

QUESTÃO 40

A Lei n.º 9.394/96, e alterações posteriores, determina, em seu art. 37, que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.”. Dessa forma, é **CORRETO** afirmar, de acordo com esta lei, que:

- A) os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos adultos acima de vinte e um anos, que puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais, consideradas as características do alunado, seus interesses e condições financeiras.
- B) cabe, essencialmente, à iniciativa privada viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.
- C) a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.**
- D) os sistemas de ensino manterão cursos e exames, que compreenderão a base regional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos, são eles: no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quatorze anos; no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de vinte e um anos.
- E) os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais não podem aferidos e reconhecidos mediante exames.